



## POLÍTICA DE PRIVACIDADE

## CANAL DE DENÚNCIA INTERNO ALTRI

construindo um mundo **+renovável**

© 2025 ALTRI, SGPS, S.A. (ALTRI). TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. O PRESENTE DOCUMENTO E TODAS AS INFORMAÇÕES NELE CONTIDAS SÃO PROPRIEDADE EXCLUSIVA DA ALTRI OU DE EMPRESAS DETIDAS PELA ALTRI. É PROIBIDA A REPRODUÇÃO, TRANSMISSÃO OU COMUNICAÇÃO, ESCRITA OU ORAL, TOTAL OU PARCIAL, DO PRESENTE DOCUMENTO SEM AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ALTRI.

# Política de Privacidade

## Canal de Denúncia Interno Altri

1. A proteção da privacidade representa um compromisso essencial para todas as empresas que integram o Grupo Altri (ou seja, empresas detidas diretamente ou indiretamente pela ALTRI, SGPS, S.A. — sociedade comercial anónima, com sede na Rua Manuel Pinto de Azevedo, 818, titular do número único de matrícula e de identificação de pessoa coletiva 507 172 086) (adiante designada por “**ALTRI**”).

2. A presente Política de Privacidade tem por objetivo descrever a forma como a ALTRI trata os dados pessoais fornecidos pelos colaboradores, fornecedores, terceiros ou parceiros que denunciem infrações ocorridas no âmbito da atividade profissional do Grupo Altri (em conjunto, os “**DENUNCIANTES**”) através do canal de denúncia interno da ALTRI, acessível no endereço <https://denunciainternaaltri.integrityline.com/> (aplicável a Altri, SGPS, S.A., Altri Florestal, S.A., Caima, S.A. e Biotek, S.A.) e no endereço <https://denunciainternacelbi.integrityline.com/> (aplicável a Celbi, S.A.) (“**CANAL DE DENÚNCIA INTERNO ALTRI**”), sem prejuízo da possibilidade de utilização anónima deste canal.

3. A ALTRI está fortemente comprometida com a proteção da privacidade dos dados pessoais fornecidos pelos DENUNCIANTES através do CANAL DE DENÚNCIA INTERNO ALTRI.

4. A ALTRI está empenhada em salvaguardar, a todo o tempo, os direitos dos titulares dos dados pessoais fornecidos pelos DENUNCIANTES através do CANAL DE DENÚNCIA INTERNO ALTRI previstos na legislação aplicável.

5. A ALTRI trata todos os dados pessoais fornecidos pelos DENUNCIANTES através do CANAL DE DENÚNCIA INTERNO ALTRI, operado pelo EQS Group, de acordo com as normas legais relativas à proteção de dados pessoais, em particular, as normas previstas **(i)** na Lei n.º 58/2019, de 8 de Agosto, que assegura a execução, na ordem jurídica nacional, do Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento e do Conselho, de 27 de abril de 2016, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados (“**LPD**”), **(ii)** no Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, o Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (“**RGPD**”) e **(iii)** na Lei n.º 93/2021, de 20 de dezembro, que aprovou o Regime Geral de Proteção de Denunciantes de Infrações (“**RGPDI**”).

6. O responsável pelo tratamento que determina as finalidades e os meios de tratamentos dos dados pessoais fornecidos pelos DENUNCIANTES através do CANAL DE DENÚNCIA INTERNO ALTRI é a ALTRI.

7. No tratamento dos dados pessoais fornecidos pelos DENUNCIANTES através do CANAL DE DENÚNCIA INTERNO ALTRI, a ALTRI observa e respeita, de forma permanente, os seguintes princípios fundamentais: **(i)** licitude do tratamento, **(ii)** transparência, **(iii)** finalidade, **(iv)** minimização, **(v)** exatidão, **(vi)** integridade e confidencialidade, **(vii)** limitação da conservação e **(viii)** proteção de dados desde a conceção e por defeito.

8. A ALTRI poderá tratar as seguintes categorias de dados pessoais fornecidos pelos DENUNCIANTES através do CANAL DE DENÚNCIA INTERNO ALTRI:

— **Dados de identificação e de contacto do denunciante**

Nome, endereço de email, número de telefone, dados profissionais

Em princípio, não são processadas categorias especiais de dados (origem racial ou étnica, opiniões políticas, convicções religiosas ou filosóficas, filiação sindical, dados relativos à saúde ou à vida sexual ou orientação sexual, entre outros, cf. artigo 9.º, n.º 1, do RGPD). Se estes forem partilhados voluntariamente pelo DENUNCIANTE no CANAL DE DENÚNCIA INTERNO ALTRI, serão processados com base no consentimento do DENUNCIANTE, apenas para as finalidades descritas na presente Política de Privacidade.

9. Os dados pessoais são recolhidos através do CANAL DE DENÚNCIA INTERNO ALTRI e fornecidos pelos DENUNCIANTES, voluntariamente, podendo este ser utilizado e a denúncia ser efetuada sem a partilha de qualquer dado pessoal. Os dados pessoais podem ser partilhados tanto no momento da apresentação da denúncia como em momento posterior, através da comunicação pela caixa de correio segura.

10. A ALTRI trata os dados pessoais fornecidos pelos DENUNCIANTES através do CANAL DE DENÚNCIA INTERNO ALTRI para as seguintes finalidades:

- a) Verificação da identidade do/a Denunciante;
- b) Recolha de informações relevantes para o processamento da denúncia;
- c) Contacto do denunciante, nomeadamente para fornecer informações legalmente previstas, inclusivamente sobre o estado de tramitação da denúncia ou sobre a conclusão do processo;
- c) Exercício de direitos legais;
- d) Acompanhamento de eventuais processos judiciais com conexão à denúncia.

11. A ALTRI apenas procederá ao tratamento de dados pessoais fornecidos pelos DENUNCIANTES através do CANAL DE DENÚNCIA INTERNO ALTRI desde que esteja verificado algum dos seguintes fundamentos: **(i)** consentimento do titular dos dados pessoais, incluindo o processamento de dados voluntariamente partilhados no âmbito de uma denúncia; **(ii)** cumprimento de uma obrigação jurídica, tais como, por exemplo,

denúncia de factos relevantes em matéria penal ou contraordenacional, e **(iii)** interesse legítimo da ALTRI em prevenir, fazer cessar ou detetar irregularidades abrangidas por esta lei, tais como, por exemplo, o interesse na deteção de infrações praticadas dentro desta.

**12.** Os titulares dos dados pessoais fornecidos pelos DENUNCIANTES através do CANAL DE DENÚNCIA INTERNO ALTRI gozam dos seguintes direitos: **(i)** direito de acesso e informação, **(ii)** direito de retificação, **(iii)** direito de solicitar o apagamento dos dados (“*direito a ser esquecido*”), **(iv)** direito de solicitar a limitação do tratamento dos seus dados pessoais, **(v)** direito à portabilidade dos dados pessoais, **(vi)** direito de retirar o seu consentimento, **(vii)** direito de se opor ao tratamento dos seus dados pessoais, **(viii)** direito de não ficar sujeito a nenhuma decisão individual automatizada e **(ix)** direito a apresentar uma reclamação. Os titulares dos dados pessoais podem utilizar o próprio CANAL DE DENÚNCIA INTERNO ALTRI para comunicar qualquer suspeita de violação dos seus direitos relativos aos seus dados pessoais.

**13.** O exercício dos direitos pelos titulares dos dados pessoais fornecidos pelos DENUNCIANTES através do CANAL DE DENÚNCIA INTERNO ALTRI é gratuito, exceto se os pedidos apresentados por um titular de dados forem manifestamente infundados ou excessivos, nomeadamente devido ao seu carácter repetitivo, caso em que a ALTRI poderá exigir o pagamento de uma taxa razoável tendo em conta os custos administrativos do fornecimento das informações ou da comunicação, ou de tomada das medidas solicitadas, ou recusar-se a dar seguimento ao pedido. Os direitos podem ser exercidos através do seguinte endereço: [compliance.altri@altri.pt](mailto:compliance.altri@altri.pt) ou Rua Manuel Pinto de Azevedo, 818. 4100-320 PORTO, ou através da caixa de correio segura disponível no CANAL DE DENÚNCIA INTERNO ALTRI.

**14.** A ALTRI tratará e conservará os dados pessoais fornecidos pelos DENUNCIANTES através do CANAL DE DENÚNCIA INTERNO ALTRI pelo período de tempo estritamente necessário para a prossecução das finalidades indicadas nesta Política de Privacidade. Nos termos do RGPD, os dados relativos a denúncias serão conservados pelo prazo de 5 (cinco) anos, ou por período superior apenas durante a pendência de processos judiciais ou administrativos referentes à denúncia (sem prejuízo das regras relativa ao registo de dados pelos tribunais judiciais e pelos tribunais administrativos e fiscais). Os dados pessoais apenas serão partilhados com pessoas especialmente autorizadas para o processamento da denúncia dentro da ALTRI, tendo essas o dever de sigilo sobre esses dados e podendo ser responsabilizadas pela partilha ilícita desses dados.

**15.** Após o decurso do prazo de conservação, e desde que a ALTRI não esteja obrigada, por imposição legal judicial ou administrativa, a proceder à sua conservação, a ALTRI eliminará os dados pessoais fornecidos pelos DENUNCIANTES através do CANAL DE DENÚNCIA INTERNO ALTRI. Os dados pessoais que manifestamente não forem relevantes para o tratamento da denúncia não são conservados e são imediatamente apagados no momento de apreciação da denúncia.

**16.** A ALTRI não transmite os dados pessoais fornecidos pelos DENUNCIANTES através do CANAL DE DENÚNCIA INTERNO ALTRI a terceiros, exceto nos casos em que tal se revele necessário ao cumprimento de obrigações legais a que a ALTRI esteja sujeita, ou quando tenha sido prestado o consentimento para esse efeito. A transmissão de dados a terceiros é realizada de acordo com a legislação aplicável em matéria de proteção de dados e dentro dos limites das finalidades e fundamentos jurídicos definidos nesta Política de Privacidade.

**17.** A ALTRI pode partilhar os dados pessoais fornecidos pelos DENUNCIANTES através do CANAL DE DENÚNCIA INTERNO ALTRI com as seguintes entidades:

**a)** prestadores de serviços que prestem serviços à ALTRI (por exemplo, prestadores de serviços de IT), incluindo a EQS Group, para implementação técnica do CANAL DE DENÚNCIA ALTRI;

**b)** empresas que integram o Grupo Altri, no âmbito da investigação da denúncia;

**c)** autoridades públicas, no cumprimento de obrigações legais (como, por exemplo, entidades administrativas ou autoridades judiciais).

**18.** A ALTRI adotou e implementou um conjunto de medidas técnicas e organizativas necessárias, suficientes e adequadas para assegurar a proteção dos dados pessoais fornecidos pelos DENUNCIANTES através do CANAL DE DENÚNCIA INTERNO ALTRI contra a sua destruição, a perda acidental, a perda, a alteração, a difusão ou acessos não autorizados, acidentais ou ilícitos, bem como as medidas necessárias, suficientes e adequadas para garantir a exatidão, integridade e confidencialidade dos dados pessoais e um nível de segurança técnico e de organização adequado em relação aos riscos inerentes ao tratamento e natureza dos dados pessoais. A plataforma do EQS Group em que está hospedado o CANAL DE DENÚNCIA INTERNO ALTRI garante a segurança da informação e a confidencialidade dos dados.

**19.** A ALTRI poderá, a todo o tempo, proceder à alteração da presente Política de Privacidade, considerando-se que tais alterações entram em vigor a partir da data da sua disponibilização no CANAL DE DENÚNCIA INTERNO ALTRI.